



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Adm.: 2021-2024

DECRETO Nº 2697, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Altera o Decreto nº 2544, de 11 de agosto de 2022.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição legal que lhe é conferida pela alínea “a” do inciso I do art. 86 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O art. 4º do Decreto nº 2544, de 11 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) somente poderá ser cancelada dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão e, exclusivamente, nos casos de emissão em duplicidade ou o serviço não ter sido prestado.

§ 1º Caberá ao prestador de serviço manter sob sua guarda, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), a declaração da não execução do serviço, conforme modelo disposto no Anexo IV.

§ 2º Dependerá de solicitação do emitente junto ao Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal de Fazenda a análise do evento de cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no caso do valor do serviço ser superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 3º Decorrido o prazo previsto no *caput*, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) somente poderá ser cancelada por meio de requerimento (Anexo II), que deverá expor o motivo de forma clara e objetiva e fundamentado em Processo Administrativo, submetido à análise de mérito pelo Departamento de Arrecadação, desde que não ultrapasse 270 (duzentos e setenta) dias de sua emissão.

§ 4º Além do requerimento de cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a ser protocolado, o Tomador do(s) Serviço(s) deverá fornecer declaração (Anexo III) informando que o(s) serviço(s) discriminado(s) na NFS-e não foi(ram) tomado(s), além de informar que não houve e nem haverá o pagamento pelo(s) serviço(s) constante(s) na nota a ser cancelada.

§ 5º Nos casos em que tiver ocorrido a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) em duplicidade, deverão ser anexadas ao requerimento cópias reprográficas da NFS-e a ser cancelada e da NFS-e emitida em duplicidade.

§ 6º Nos casos em que houver a substituição de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), deverão ser anexadas ao requerimento cópias reprográficas da NFS-e a ser cancelada e da NFS-e emitida em substituição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Adm.: 2021-2024

§ 7º O cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) não será permitido quando:

I - A NFS-e estiver vinculada a uma declaração encerrada, sendo necessário a retificação da declaração;

II - A NFS-e estiver vinculada a uma guia gerada, sendo necessário o cancelamento da guia e a retificação da declaração;

§ 8º O disposto no inciso II do § 7º não será permitido se para a competência referente à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a ser cancelada, tenha sido gerada a guia de recolhimento e o seu pagamento tenha sido efetuado.

§ 9º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) somente poderá ser substituída dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da sua emissão e, exclusivamente, nos casos em que houver necessidade de correção ou alteração de informação do documento fiscal.

§ 10 Não será permitido alterar as informações dos não-emitentes na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) substituta.”

Art. 2º O Decreto nº 2544, de 11 de agosto de 2022, passa a vigorar acrescido do Anexo IV - Declaração de Não Execução de Serviço.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 05 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA

Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA

Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO
Adm.: 2021-2024

ANEXO IV



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

Secretaria Municipal de Fazenda
Departamento de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de ISSQN
Avenida: Olegário Maciel, nº 129 – 1º Andar – Centro – CEP: 38.500-000
Tel.: (34) 3842-5880

**DECLARAÇÃO DE NÃO
EXECUÇÃO DE SERVIÇO**

1 – DADOS CADASTRAIS DO(A) PRESTADOR(A) DO SERVIÇO:

NOME/RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

ESTADO:

TELEFONE:

E-MAIL:

CNPJ/CPF:

INSCR. ESTADUAL/RG:

ESTABELECIMENTO:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

CMC:

2 – DADOS CADASTRAIS DO(A) TOMADOR(A) DO SERVIÇO:

NOME/RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

ESTADO:

TELEFONE:

E-MAIL:

CNPJ/CPF:

INSCR. ESTADUAL/RG:

ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

CMC:

3 – IDENTIFICAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFS-e):

NÚMERO:

/

DATA DE EMISSÃO:

/

/

CHAVE DE ACESSO:

4 – DECLARAÇÃO:

DECLARO, COM CIÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 299 DO DECRETO-LEI Nº 2.848/1940 (CÓDIGO PENAL), QUE O SERVIÇO DESCRITO NA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA IDENTIFICADA ACIMA NÃO FOI EXECUTADO.

DATA:

/

/

ASSINATURA:

5 – INSTRUÇÕES:

1 – TODAS AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS NOS CAMPOS 1, 2, 3 E 4, DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE PREENCHIDAS.

2 – NÃO SERÃO ACEITAS RASURAS, EMENDAS, BORRÕES OU ENTRELINHAS.

3 – O PRESTADOR DO SERVIÇO DEVE MANTER ESTA DECLARAÇÃO SOB SUA GUARDA PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS CONTADOS DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA QUE FOI CANCELADA.